

**MAPEAMENTO DOS FOMENTOS NECESSÁRIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR:
um estudo a partir de conferências regionais de Mato Grosso do Sul**

CAROLINE MARIA DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

ANDRE FELIPE QUEIROZ

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS)

MÁRCIA MARIA DOS SANTOS BORTOLOCCI ESPEJO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

MAPEAMENTO DOS FOMENTOS NECESSÁRIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: um estudo a partir de conferências regionais de Mato Grosso do Sul

1 INTRODUÇÃO

Apesar de possuir diversas classificações, a agricultura familiar se caracteriza principalmente pela gestão familiar e compartilhada, pela relação com a sua produção e a fonte de renda oriunda da agropecuária (Lima; Silva; Iwata, 2019). É um segmento que possui bastante diversidade interna, que contém a capacidade de produzir para o mercado, sem deixar de compartilhar princípios culturais e comunitários e a reprodução familiar (Delgado; Bergamasco, 2017).

A produção familiar é de extrema importância para o país, visto que compreende mais de 80% dos estabelecimentos brasileiros (Mattei, 2014). Ademais, 70% dos alimentos dos alimentos produzidos e utilizados na alimentação brasileira, provém da agricultura familiar (Lima; Silva; Iwata, 2019). Deste modo, este meio de produção contribui não só com a economia e sociedade brasileira, mas também com a sustentabilidade alimentar.

Assim, dada sua relevância, o apoio governamental e as políticas públicas são ferramentas importantes para manter e estimular a agricultura familiar no país. Como o PRONAF- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, após os agricultores receberem este apoio houve resultados positivos, especialmente nas atividades produtivas, econômicas e sociais (Mattei, 2014). Por outro lado, há indícios de que ainda existe um dualismo entre a agricultura familiar e o agronegócio na distribuição de recursos. E que em relação à agricultura familiar, apesar das melhorias, ainda possuem obstáculos relacionados ao acesso ao crédito rural do PRONAF (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018).

Em um cenário de diversos segmentos de produtores, o efeito do apoio governamental e das políticas públicas têm sido desiguais e por muitas vezes não têm sido tão efetivos (Delgado; Bergamasco, 2017). Neste contexto, destaca-se a importância dos programas governamentais voltados ao público da agricultura familiar (Lima; Silva; Iwata, 2019). Diversos estudos apontam que o recebimento e ampliação de auxílios governamentais e de fomento impactam positivamente no aumento e melhoria do desempenho de agricultores familiares em suas atividades (Queiroz, 2022; Queiroz et al., 2023).

Conforme Guedes e Oliveira (2024), além de proporcionar o acesso às políticas públicas por meio de fomentos referentes a agricultura familiar, é também importante que o estado estimule a participação social das famílias nas proposições das políticas públicas que promovam o desenvolvimento social e sustentável dos pequenos produtores rurais. Dessa forma, escutar o público alvo das políticas públicas é um processo importante na democratização, na descentralização e na gestão participativa.

Assim, o objetivo do presente artigo é identificar os fomentos necessários para promoção da agricultura familiar. Para isso, foram coletados dados dos Relatórios das Conferências Regionais da Agricultura Familiar de Mato Grosso Do Sul e aplicadas análise documental nos materiais coletados, seguindo a categorização sugerida por Queiroz et al. (2022). Os resultados evidenciados podem contribuir com a efetividade dos programas e políticas públicas para esses agricultores, e, conseqüentemente com o desenvolvimento da agricultura familiar no país.

2 FOMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme Wanderley (1999), a agricultura familiar é um conceito abrangente que abarca uma disparidade de situações, porém existe consenso sobre determinados fatores, por exemplo, a produção familiar é caracterizada pelo trabalho familiar na exploração agrícola e pecuária; a gestão e o trabalho são intimamente ligados; e a propriedade dos meios de produção, sejam relativamente médias ou pequenas, pertencem às famílias que vivem na terra (Marafon; Ribeiro, 2006).

A agricultura familiar foi oficializada em 2006 no Brasil, através da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006). De acordo a legislação vigente, o agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural e concomitantemente: não detém, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utiliza, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Segundo Silva et al. (2014), o módulo fiscal classifica de forma fundiária o imóvel rural quanto ao seu tamanho. Consoante ao Art. 4º da Lei nº 8.629/93, “Minifúndio” é imóvel rural de área inferior a um módulo fiscal; “Pequena propriedade”, um imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais; “Média propriedade”, um imóvel rural de área compreendida entre quatro e quinze módulos fiscais; e “Grande Propriedade”, imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais (BRASIL, 1993). Para o seu desenvolvimento, ações de fomento têm sido realizadas por diversos atores institucionais.

O termo “fomento” é usado de maneira genérica, englobando diversas atividades relacionadas à promoção do desenvolvimento rural. A palavra fomento significa impulsionar ou estimular determinada região ou setor econômico, social ou cultural, mediante proteção ou auxílio, buscando seu desenvolvimento ou progresso (Kengen, 2002; Fischer, 2009; Fischer; Zylbersztajn, 2012). Conforme Basso et al. (2012), no Brasil, é comum o uso do termo fomento para caracterizar atividades centradas na promoção do desenvolvimento rural.

O fomento é um instrumento utilizado para promover e estimular o desenvolvimento e o progresso dos pequenos e médios produtores, com a finalidade de facilitar o acesso aos meios de produção, insumos, tecnologia e ao crédito (Basso et al., 2012). Um programa de fomento pode ser desenvolvido pela iniciativa pública, privada, ou conjunta, quando envolve ações públicas e privadas (Fischer, 2009; Fischer; Zylbersztajn, 2012).

No Brasil, especificamente em um estudo efetuado no sul do país, os autores Basso et al. (2012) destacam que programas de fomento são praticados desde a década de 1970, em plantios de fumo e na integração dos suinocultores e avicultores com as agroindústrias locais. O governo brasileiro emprega algumas políticas públicas de fomento voltados à agricultura familiar; no ano de 1995, o governo fundou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criando linhas especiais de crédito, destinadas ao apoio financeiro dos excluídos do sistema formal de crédito.

O PRONAF busca promover o desenvolvimento sustentável da unidade de produção familiar, fornecendo assistência financeira e técnica, na função de planejar, orientar, coordenar e monitorar a produção de alimentos em pequenas propriedades, para os pequenos produtores. Em 2004, o programa foi ampliado; os agricultores familiares conquistaram maior atenção do governo federal, bem como ações específicas destinadas a promover a melhoria das suas condições de vida (Serafim-Junior et al., 2017).

Outros exemplos de políticas públicas são o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que buscam gerar ações orientadas para criação de mercados institucionais, focados em segurança alimentar e sustentabilidade

(Serafim-Junior et al., 2017). O PAA foi a primeira política pública de compra governamental de alimentos da agricultura familiar, instituída no país em 2003, com objetivo de estimular o consumo de alimentos da agricultura alimentar e promover o abastecimento alimentar (Dos Santos et al., 2019). O PNAE é uma política pública que gera um mercado institucional e de incentivo para auxiliar a agricultura familiar, criando a obrigatoriedade na aquisição de alimentos para abastecimento de escolas de rede pública, em um percentual de, no mínimo, 30% para alimentos advindos da agricultura familiar (Dos Santos et al., 2019).

Além dos fomentos fornecidos pelo Estado, as pequenas propriedades rurais possuem opções de linhas de crédito, oferecidas por meio de bancos na iniciativa privada e cooperativas de crédito. O crédito pode financiar as atividades agrícolas, possibilitar o investimento em mecanização e ampliar o poder de compra na negociação de insumos; fatores que podem aumentar a competitividade das propriedades agrícolas. Outras organizações também fomentam o setor, por meio de assistência técnica e gerencial, como é o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Agência de Desenvolvimento Agrário de Extensão Rural - AGRAER, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -SEBRAE.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e administrada por um conselho deliberativo tripartite, sendo integrante do chamado “Sistema S” nacional que presta serviços considerados de interesse público (SENAR, 2024). Atualmente, conta com 27 administrações regionais que promovem cursos e capacitações, fomentando ações como formação profissional rural, atividades de promoção social, ensino técnico e assistência técnica gerencial, com foco para o meio rural das classes C, D e E (SENAR, 2024).

A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) é uma autarquia estadual dotada de personalidade jurídica de direito público interno com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, resultante da transformação do Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (IDATERRA) (AGRAER, 2024).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), possui como objetivo desenvolver, em conjunto com o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, buscando superar as barreiras que limitam a produção de alimentos, fibras e energia no Brasil (EMBRAPA, 2024).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade de direito privado, paraestatal, também integrante do chamado “Sistema S” nacional que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequenas empresas, com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões (SEBRAE, 2024). É uma organização cujo foco não está especificamente voltado ao meio rural, mas, sim, ao fortalecimento do empreendedorismo e à aceleração do processo de formalização da economia, por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios (SEBRAE, 2024).

É possível verificar que o fomento ocorre por meio de diferentes tipos de investimentos governamentais: fomentos de crédito; fomentos de terra; fomentos de educação; fomentos de auxílio técnico; fomentos de insumos para produção; fomentos de comercialização; fomentos de moradia; fomentos de alimentação; fomentos de máquinas e equipamentos; e fomentos de auxílio documental e projetos (Queiroz et al., 2022), no Quadro 01 estão apresentadas as descrições de cada um dos 10 tipos de fomentos.

Desta forma, esse estudo se propõe a identificar os fomentos necessários para promoção da agricultura familiar a partir da categorização sugerida por Queiroz et al. (2022).

Quadro 01 – Categoria de Fomentos ligados à agricultura familiar.

<i>Tipo de Fomento</i>	<i>Descrição</i>
Fomentos de crédito	Valores que estão disponibilizados nas instituições financeiras públicas, mistas e privadas, além de cooperativas de crédito, em grande parte, por meio de recursos advindos do PRONAF.
Fomentos de terra	Propriedades fornecidos pelo Estado, por meio do desenvolvimento de suas políticas públicas para os agricultores familiares.
Fomentos de educação	Englobam as palestras, cursos, oficinas, ensino fundamental e médio, ensino técnico e profissionalizante, além do ensino superior. Esses fomentos podem ser oriundos de recursos públicos ou mesmo privados. São caracterizados na agricultura familiar pela aquisição de novas informações geralmente ligadas a inovações, tecnologia e formas de gestão.
Fomentos de auxílio técnico	Caracterizados por estimulação de conhecimentos adquiridos que estão ligados especificamente ao processo produtivo do campo. Muitas vezes os auxílios técnicos ocorrem na propriedade dos agricultores familiares.
Fomentos de insumos para produção	Caracterizados pelo recebimento de matéria prima ou de material auxiliar utilizado no processo produtivo.
Fomentos de comercialização	Atividades ou políticas públicas que englobem como objetivo final auxiliar o agricultor familiar a vender seus produtos.
Fomentos de moradia	Tratam-se de políticas públicas ligadas a aquisição de material de construção ou de serviços ligados a construção/melhorias de moradia para famílias de agricultores familiares.
Fomentos de alimentação	Abordam a entrega de alimentos para agricultores familiares.
Fomentos de máquinas e equipamentos	Caracterizados pela cessão ou empréstimo de máquinas e equipamentos aos agricultores familiares.
Fomentos de auxílio documental e projetos	Engloba os serviços oferecidos por instituições e agências governamentais para regularização de terras, emissão de documentos, elaboração de projetos, etc.

Fonte: Queiroz et al. (2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, de identificar os fomentos necessários para promoção da agricultura familiar, foi realizado um estudo qualitativo, que para o objeto em estudo se mostrou viável, na medida em que possibilita pesquisas mais descritivas e análises contextualizadas da realidade (Campolin, 2005).

Os dados foram coletados a partir dos Relatórios das Conferências Regionais da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, conferências estas que foram realizadas entre maio e julho de 2023. O evento foi realizado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria-Executiva da Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais da SEMADESC (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação) e AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural).

A SEMADESC enviou ao todo 11 relatórios de conferências que ocorreram em 9 regiões sendo: a conferência dos Povos Originários - Região do Pantanal contendo os municípios de Miranda, Aquidauana, Anastácio, Corumbá, Porto Murtinho, Nioaque e Bela Vista; a conferência dos Povos Originários - Região Sul contando com os municípios de Dourados, Amambai, Ponta Porã, Antônio João, Maracaju, Juti, Tacuru, Coronel Sapucaia, Paranhos, Japorã, Eldorado, Naviraí, Iguatemi, Douradina, Rio Brillhante, Caarapó e Laguna Carapã; a Conferência Estadual da Agricultura Familiar Comunidades Ribeirinhas e Pescadores de Mato Grosso Do Sul contemplando as cidades de Miranda, Angélica, Aquidauana,

Brasilândia, Bonito, Corumbá, Coxim, Bela Vista, Fatima do Sul, Itaquirai, Jardim, Paranaíba e Porto Murtinho.

Ainda, a conferência do Polo Regional da Agricultura Familiar de Corumbá contemplando cidades como Corumbá, Aquidauana, Miranda, Anastácio, Miranda e Bodoquena, a conferência do Polo Regional da Agricultura Familiar de Três Lagoas com as cidades de Selvíria, Água Clara, Santa Rita do Pardo, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba, Cassilândia e Três Lagoas. A conferência do Polo Regional da Agricultura Familiar de Coxim com os municípios Pedro Gomes, Sonora, Figueirão, Rio Verde de MT, Rio Negro, Coxim, São Gabriel do Oeste, Alcínópolis, Chapadão do Sul, Paraíso das Águas, Costa Rica e Camapuã. A conferência do Polo Regional da Agricultura Familiar de Dourados com os municípios Itaporã, Laguna Carapã, Juti, Caarapó, Jateí, Gloria de Dourados, Deodópolis, Fátima do Sul, Vicentina, Douradina, Rio Brillhante e Maracaju.

A conferência do Polo Regional da Agricultura Familiar de Itaquirai com as cidades de Japorã, Mundo Novo, Iguatemi, Eldorado, Itaquirai, Navirai, Sete Quedas e Tacuru, a conferência do Polo Regional da Agricultura Familiar de Nioaque com os municípios Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Jardim, Guia Lopes e Bonito. A conferência do Polo Regional da Agricultura Familiar de Nova Andradina com as cidades de Anaurilândia, Brasilândia, Bataguassu, Batayporã, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu, Angélica, e Nova Andradina, a conferência do Polo Regional da Agricultura Familiar de Ponta Porã com os municípios de Antônio João, Aral Moreira, Amambai, Paranhos, Ponta Porã e Coronel Sapucaia, e por fim a conferência do Polo Regional da Agricultura Familiar de Sidrolândia contemplando Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Corguinho, Rochedo, Jaraguari e Nova Alvorada do Sul.

O envio dos relatórios foi realizado pela SEMADESC com acesso ocorrido em março de 2024. Como forma de análise dos dados, foi utilizada a análise documental. Um dos principais aspectos deste método é que o pesquisador mantenha o foco no objetivo do estudo e procure compreender em profundidade o que os dados revelam (Junior et al., 2021).

Para a base da análise, foi utilizada a seguinte categorização: fomentos de crédito; fomentos de terra; fomentos de educação; fomentos de auxílio técnico; fomentos de insumos para produção; fomentos de comercialização; fomentos de moradia; fomentos de alimentação; fomentos de máquinas e equipamentos; e fomentos de auxílio documental e projetos (Queiroz, 2022, p. 92). Os resultados são apresentados da seção a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentadas as principais demandas colocadas em pauta em cada um dos relatórios das conferências regionais de Mato Grosso do Sul.

4.1 Povos Originários do Estado de Mato Grosso do Sul (Região Sul e Pantanal) e Comunidades Tradicionais Ribeirinhas e Pescadores/MS

Nas conferências referentes aos Povos Originários do Estado de Mato Grosso do Sul (Região Sul e Pantanal) e Comunidades Tradicionais Ribeirinhas e Pescadores/MS foram colocadas em pauta demandas de infraestrutura, alterações na legislação, apoio social, capacitação e organização comunitária. Além de necessidade de equipamentos para pesca, alterações na legislação pesqueira, acesso a serviços, direitos sociais, suporte técnico e fortalecimento das cooperativas.

4.2 Polo Regional da Agricultura Familiar de Corumbá

No Polo Regional da Agricultura Familiar de Corumbá, questões como infraestrutura viária, acesso a serviços básicos, assistência técnica, transporte escolar, escoamento da

produção agrícola, acesso a programas governamentais e assistência social e saúde foram apresentadas como demandas. Além disso, fornecimento de serviços como água potável e energia elétrica, aumento do suporte técnico, transporte escolar, desburocratização do acesso a programas governamentais e assistência social e a saúde também foram citados.

4.3 Polo Regional da Agricultura Familiar de Três Lagoas

No Polo Regional da Agricultura Familiar de Três Lagoas, as demandas incluem infraestrutura e equipamentos agrícolas para melhorar a produção e logística, mais assistência técnica e extensão rural para auxiliar os agricultores, regularização fundiária para acesso a crédito, apoio à comercialização e acesso à água.

4.4 Polo Regional da Agricultura Familiar de Coxim

No Polo Regional da Agricultura Familiar de Coxim, apareceram demandas de investimentos em infraestrutura e logística para o escoamento da produção, regularização fundiária, assistência técnica, acesso ao crédito e desenvolvimento de cadeias produtivas. Além disso, escassez de água nos assentamentos e a necessidade de capacitação para profissionais da AGRAER. Além disso, melhoria da qualidade da merenda escolar local e regularização documental para participação em programas públicos também apareceram.

4.5 Polo Regional da Agricultura Familiar de Dourados

No Polo Regional da Agricultura Familiar de Dourados, apareceram demandas de carência de assistência técnica e extensão rural qualificadas, além de melhorias na infraestrutura, principalmente em relação às estradas e equipamentos agrícolas. Além disso, o acesso ao crédito rural, a necessidade de apoio na produção e comercialização agrícola. Questões como a preservação ambiental e o fortalecimento das associações de produtores também foram apontados.

4.6 Polo Regional da Agricultura Familiar de Nioaque

No Polo Regional da Agricultura Familiar de Nioaque, a urgência em adquirir maquinário agrícola, melhorar a infraestrutura, facilitar a comercialização dos produtos agrícolas, fornecer assistência técnica e diversificação da produção agrícola foram colocadas como as principais demandas. Além disso, assistências sociais e de saúde, como acesso a água potável, atendimento odontológico e apoio psicossocial nas escolas também foram citadas como necessidades.

4.7 Polo Regional da Agricultura Familiar de Nova Andradina

No Polo Regional da Agricultura Familiar de Nova Andradina, demandas como deficiência de técnicos e assistência técnica foram destacadas. Demandas por maquinário agrícola, infraestrutura e o acesso ao crédito também foram apontados. Além disso, questões como sucessão rural e preservação ambiental também foram abordadas.

4.8 Polo Regional da Agricultura Familiar de Ponta Porã

No Polo Regional da Agricultura Familiar de Ponta Porã, questões como a necessidade de regularização fundiária para acessar crédito e apoio governamental, centralizar cooperativas e assistência técnica foram destacadas. Demandas por infraestrutura, agregação de valor à produção e acesso a tecnologias também foram colocadas em pauta, juntamente com questões relacionadas a tributação excessiva.

4.9 Polo Regional da Agricultura Familiar de Sidrolândia

No Polo Regional da Agricultura Familiar de Sidrolândia, dificuldades de acesso a créditos e programas de apoio, necessidade de melhorias na infraestrutura rural, como estradas e acesso a serviços básicos, e a falta de assistência técnica continuada. Além disso, demandas de regularização fundiária, bem como apoio ao escoamento da produção agrícola também apareceram.

4.10 Categorias apresentadas nos relatórios

Após a análise das principais demandas discutidas em cada um dos relatórios, foi realizado o mapeamento das áreas de maior incidência com base nas categorias de Queiroz (2024). Fomentos de crédito: a necessidade de acesso ao crédito foi observada em diversos polos (Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nova Andradina, Ponta Porã e Sidrolândia); fomentos de terra: citam esta necessidade (Três Lagoas, Coxim, Ponta Porã, Sidrolândia); fomentos de educação: necessidade de capacitação para os agricultores (Região Sul e Pantanal); fomentos de auxílio técnico: necessidade de suporte técnico e assistência rural (Região Sul e Pantanal, Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nioaque, Nova Andradina, Ponta Porã, Sidrolândia); fomentos de insumos para produção: escoamento da produção (Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nioaque, Sidrolândia); fomentos de comercialização: facilitar e apoiar a comercialização dos produtos (Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nioaque, Sidrolândia); fomentos de moradia: demandas de melhora e infraestrutura (Região Sul e Pantanal, Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nioaque, Nova Andradina, Ponta Porã, Sidrolândia). Ainda nesse sentido, o acesso à água potável nos assentamentos ainda persiste como uma dificuldade (Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Nioaque); fomentos de alimentação: melhoria da qualidade da merenda escolar local (Coxim); fomentos de máquinas e equipamentos: necessidade de equipamentos (Região Sul e Pantanal, Três Lagoas, Dourados, Nioaque, Nova Andradina); e fomentos de auxílio documental e projetos: (Corumbá, Coxim). O quadro 02 contém os tipos de fomento, os municípios e regiões do Estado e as discussões.

As categorias discutidas anteriormente são as mesmas categorizadas pela pesquisa de Queiroz et al. (2022) que sugere 10 categorias predominantes de fomentos demandados pelos agricultores familiares brasileiros. Além dessas categorias, emergiram novas questões, como a necessidade de fomento social e de saúde: atendimento médico e odontológico, além de serviços sociais e psicossociais (Região Sul e Pantanal, Corumbá, Nioaque). Por fim, foram mencionadas questões como acesso à tecnologia (Ponta Porã).

Quadro 02 – Fomentos, municípios e regiões de MS.

<i>Tipos de Fomentos</i>	<i>Municípios e Regiões de MS</i>	<i>Discussões</i>
Fomentos de crédito	Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nova Andradina, Ponta Porã e Sidrolândia	Em uma investigação sobre fomentos de crédito no estado do RS, Noskoski et al. (2024) concluíram que sem o auxílio a classe de agricultores familiares não seria capaz de produzir frente a concorrência dos grandes <i>players</i> e a economia local dos municípios estudados teria prejuízos com impactos imensuráveis.
Fomentos de terra	Três Lagoas, Coxim, Ponta Porã e Sidrolândia	Na pesquisa de Tafuri (2024) efetuado em assentamentos paulistas o autor argumenta que os fomentos ligados à terra precisam de estudos e adequações referentes a questões de sucessão, de forma que as políticas públicas sejam adequadas aos novos jovens rurais.
Fomentos de educação	Região Sul e Pantanal	A pesquisa de Queiroz (2022) efetuada em assentados do MS, evidenciou que o fomento com maior impacto positivo na performance foram os fomentos ligados à educação.

Fomentos de auxílio técnico	Região Sul e Pantanal, Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nioaque, Nova Andradina, Ponta Porã e Sidrolândia	A pesquisa de Vieira e Fabrini (2024) no estado de MT utilizando o último Censo, evidenciou que mais de 87% dos estabelecimentos de agricultura familiar nunca receberam nenhuma forma de auxílio técnico.
Fomentos de insumos para produção	Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nioaque e Sidrolândia	Em pesquisa efetuada em assentamentos rurais de agricultura familiar em MS, Queiroz et al. (2024) evidenciam como a distribuição de insumos podem ser estrategicamente planejados pelo Estado para fomentar determinadas culturas.
Fomentos de comercialização	Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nioaque e Sidrolândia	Conforme Silva e Souza (2024) é importante elaborar estratégias que aumentem a participação da agricultura familiar nas economias locais pelo aprimoramento de circuitos curtos de comercialização fomentados pelo Estado.
Fomentos de moradia	Região Sul e Pantanal, Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nioaque, Nova Andradina, Ponta Porã e Sidrolândia.	Em uma pesquisa sobre habitação de agricultores familiares no RS, os autores Deponti et al. (2024) evidenciam as dificuldades em morar no meio rural, e como programas de moradia são necessários para mitigar as dificuldades.
Fomentos de alimentação	Coxim.	De acordo com Queiroz 2022 em assentamentos de MS foi possível identificar que fomentos de alimentação distribuídos na forma de cestas básicas, eram a principal fonte de alimento para famílias carentes situadas nos assentamentos.
Fomentos de máquinas e equipamentos	Região Sul e Pantanal, Três Lagoas, Dourados, Nioaque e Nova Andradina	A pesquisa de Vieira e Fabrini (2024) no estado de MT utilizando o último Censo, evidenciou a necessidade da ampliação de fomentos de máquinas e equipamentos. Os autores verificaram que mais da metade das propriedades de agricultura familiar do estado precisam, mas não possuem nenhuma máquina ou equipamento próprio para a produção.
Fomentos de auxílio documental e projetos	Corumbá e Coxim	De acordo com levantamento de Silva e Sousa (2024) aproximadamente 34% das entidades executoras não compraram 30% do valor do repasse federal do PNAE para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, um dos motivos encontrados é a falta de documentação e alta burocracia do processo.
Fomento Social e de Saúde	Região Sul e Pantanal, Corumbá e Nioaque.	Em uma pesquisa em assentamentos do PE os autores Junior et al. (2024) evidenciam a falta de EPIs nas atividades rurais, 25.5% dos agricultores familiares relataram algum acidente de trabalho, 78,7% utilizam agrotóxicos. A maioria dos assentamentos não contam com Unidade Básica de Saúde. Os autores abordam o trabalho desgastante com ausência de serviços de saúde nos assentamentos.
Fomento Tecnológico	Ponta Porã	Segundo Tafuri (2024), no contexto de agronegócio em SP, o cultivo da cana demanda vem demandando incrementos tecnológicos em um setor de acirrada busca por vantagens competitivas. De forma que os agricultores familiares necessitam de apoio para fazer frente a tais necessidades tecnológicas.

Fonte: elaborado pelos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar os fomentos necessários para promoção da agricultura familiar por meio de um estudo a partir das conferências regionais de Mato Grosso do Sul. Para tal, uma análise documental foi efetuada nos Relatórios das Conferências Regionais da Agricultura Familiar de Mato Grosso Do Sul realizadas pelo Governo do Estado, por meio da SEMADESC e AGRAER com os agricultores familiares do estado.

As análises das principais demandas discutidas evidenciou a necessidade, por parte dos agricultores familiares de Fomentos de crédito nos polos de Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nova Andradina, Ponta Porã e Sidrolândia; fomentos de terra em Três Lagoas, Coxim, Ponta Porã, Sidrolândia; fomentos de educação: na Região Sul e Pantanal; fomentos de auxílio técnico na Região Sul e Pantanal, Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nioaque, Nova Andradina, Ponta Porã e Sidrolândia; fomentos de comercialização: em Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nioaque, Sidrolândia; fomentos de moradia na Região Sul e Pantanal, Corumbá, Três Lagoas, Coxim, Dourados, Nioaque, Nova Andradina, Ponta Porã, Sidrolândia; fomentos de alimentação em Coxim; fomentos de máquinas e equipamentos na Região Sul e Pantanal, Três Lagoas, Dourados, Nioaque, Nova Andradina; e por fim, fomentos de auxílio documental e projetos em Corumbá e Coxim.

Além dessas categorias, emergiram novas categorias, como a necessidade de fomento social e de saúde: atendimento médico e odontológico, além de serviços sociais e psicossociais; necessidade de apoio ao fortalecimento de cooperativas; questões sobre tributações e acesso à tecnologias.

Sugere-se que, com base nos tipos de fomentos que emergiram das análises, ocorram duas separações: (1) um mapa com área geográfica e os fomentos correspondentes, facilitando as análises de fomentos empregados por regiões do estado; (2) os tipos de fomentos e os atores institucionais capazes de fornecer a atividade demandada pelos agricultores familiares. Os resultados possibilitam aos gestores públicos mapear e compreender as demandas dos agricultores familiares por regiões diferentes do estado. Ao desenvolverem políticas públicas específicas para cada região é possível sanar as principais necessidades das famílias situadas em cada área geográfica, gerando maior eficiência aos recursos públicos empregados.

Foram identificadas algumas limitações com relação à padronização dos relatórios. Ao analisar os documentos elaborados em diferentes regiões do estado, foi identificada a falta de padronização nos textos, especificamente no detalhamento das demandas. Enquanto alguns textos possibilitavam identificar qual era a exata categoria de fomento demandada pelos agricultores familiares, alguns relatórios impossibilitaram essa identificação. Por falta do detalhamento sobre a demanda dos agricultores familiares houve dificuldade em identificar a exata categorização do fomento. Como exemplo, enquanto em alguns relatórios eram evidenciadas a necessidade de infraestrutura voltadas para moradia ou de infraestrutura voltadas para a comercialização, em alguns relatórios apenas constavam necessidades de investimentos em infraestrutura, sem especificar a área fim desses investimentos. Ocorreram também dificuldades na identificação do objeto da legislação cujo os agricultores demandaram alterações, tendo em vista que os relatórios apresentaram de forma genérica apenas necessidades de mudanças na lei, mas sem especificar quais. Essa falta de detalhamento dificultou a classificação de algumas demandas. Assim, sugere-se uma padronização dos relatórios contendo maiores detalhamentos das demandas de agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.agraer.ms.gov.br/26907-2/>>. Acesso em: 03 de fev. 2024.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 56, p. 123-142, 2018.

BASSO, V. M.; JACOVINE, L.; GRIFFITH, J.; NARDELLI, A., ALVES, R.; SOUZA, A. Programas de fomento rural no Brasil. **Pesquisa Florestal Brasileira**, v. 32, n. 71, p. 321, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 01 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 01 abr. 2024.

CAMPOLIN, I. Abordagens qualitativas em Agricultura Familiar. **Corumbá: Embrapa Pantanal**, 2005.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. **Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário**, v. 470, 2017.

DEPONTI, C. M.; CADONÁ, M. A.; DOS PASSOS FABER, . As famílias rurais e o acesso à Política Nacional de Habitação no meio rural no Vale do Rio Pardo (RS). **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 14, p. 43-58, 2024.

DOS SANTOS, L. F.; FERREIRA, M. A. M.; DE CAMPOS, A. P. T. Barreiras de desempenho e políticas públicas: análise em cooperativas de agricultura familiar. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 77, 2019.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Institucional**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/quem-somos>>. Acesso em: 03 de fev. 2024.

FISCHER, Augusto. O fomento na indústria de base florestal. **Informe Gepec**, v. 13, n. 2, p. 6-19, 2009.

FISCHER, Augusto; ZYLBERSZTAJN, Décio. O fomento florestal como alternativa de suprimento de matéria-prima na indústria brasileira de celulose. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 18, n. 2, p. 494-520, 2012.

GUEDES, M. V. C.; OLIVEIRA, F. E. ATER pública e o desenvolvimento rural sustentável PNATER: caminho para sustentabilidade da agricultura familiar. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 7, n. 1, p. 585-591, 2024.

JUNIOR, E. B. Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

JUNIOR, S. A. B. et al. A determinação social da saúde em assentamentos rurais: aspectos sobre o trabalho e a saúde de camponeses criadores de bovinos, caprinos e ovinos. **Saúde em Redes**, v. 10, n. 2, p. 4413-4413, 2024.

KENGEN, Sebastião. A política florestal brasileira: uma perspectiva histórica. **Série Técnica IPEF**, v. 14, 2001.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. A.; IWATA, B. F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019.

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, p. 111-130, 2006.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, p. 83-92, 2014.

NOSKOSKI, L. E. C. et al. O PRONAF no estado do Rio Grande do Sul: uma revisão sistemática da literatura. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 5, p. e3836-e3836, 2024.

QUEIROZ, A. F. et al. Entendendo a importância do controle gerencial para a performance econômica na agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 25, p. e2002-e2002, 2023.

QUEIROZ, A. F. et al. Classificação dos fomentos para a agricultura familiar. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, v. 10, p. 1-23, 2024.

QUEIROZ, A. F. **Práticas de controle gerencial e fomentos voltados à agricultura familiar: um framework teórico**. Tese (Programa de Pós-graduação em Administração – PPGAD/ESAN/UFMS) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2022.

QUEIROZ, A. F. et al. Fomentos voltados à agricultura familiar: Uma proposta de tipológica. **Ciências Rurais em Foco**. Volume 8, p. 21, 2022.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. **Institucional**. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/senar/institucional-senar/>>. Acesso em: 07 de maio. 2024.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Institucional**. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/senar/institucional-senar/>>. Acesso em: 03 de fev. 2024.

SEMADESC CO- Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, **Polo Regional da Agricultura Familiar de Corumbá**, Resumo Executivo das Conferências da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, 2023.

SEMADESC TL- Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, **Polo Regional da Agricultura Familiar de Três Lagoas**, Resumo Executivo das Conferências da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, 2023.

SEMADESC CX- Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, **Polo Regional da Agricultura Familiar de Coxim**, SEMADESC, Resumo Executivo das Conferências da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, 2023.

SEMADESC DR- Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, **Polo Regional da Agricultura Familiar de Dourados**, Resumo Executivo das Conferências da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, 2023.

SEMADESC NQ- Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, **Polo Regional da Agricultura Familiar de Nioaque**, Resumo Executivo das Conferências da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, 2023.

SEMADESC NA- Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, **Polo Regional da Agricultura Familiar de Nova Andradina**, Resumo Executivo das Conferências da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, 2023.

SEMADESC PP- Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, **Polo Regional da Agricultura Familiar de Ponta Porã**, Resumo Executivo das Conferências da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, 2023.

SEMADESC SD- Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, **Polo Regional da Agricultura Familiar de Sidrolândia**, SEMADESC, Resumo Executivo das Conferências da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, 2023.

SEMADESC - Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, **Povos Originários e Comunidades Tradicionais**, Resumo Executivo das Conferências da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, 2023.

SERAFIM-JUNIOR, V.; GRANDI, A. M.; BERTOLINI, G. R. F. Análise de trabalhos científicos relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar nas regiões brasileiras. Analysis of scientific papers related to the development of family farming in the brazilian regionsd. **Ambiência**, v. 13, n. 1, p. 245-259, 2017.

SILVA, G. G.; CHEUNG, T. L.; VILPOUX, O. F.; SANCHES, F. T. Capital Social e Cooperação na Agricultura Familiar: uma análise comparativa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 153-166, 2014.

SILVA, F. D. V.; SOUSA, W. J. A pesquisa em agricultura familiar na ciência administrativa no Brasil: uma revisão de literatura. **Contribuciones a las ciencias sociales**, v. 17, n. 4, p. e5926-e5926, 2024.

TAFURI, D. M. A prática social da luta pela terra em assentamentos rurais: uma perspectiva geracional. **Motricidades: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, v. 8, n. 1, p. 42-51, 2024.

VIEIRA, A. N. C.; FABRINI, J. E. Perfil dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado de mato grosso com base nos dados do censo agropecuário de 2017. **Informe GEPEC**, v. 28, n. 1, p. 86-106.

WANDERLEY, M. N. B. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: **Resumo dos Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Natal-RN. 1997.